

SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA

1ª Atualização da Resolução SJC n.º 29, de 02 de dezembro de 2015 - D.O.E. de 28/12/2021

ÍNDICE* (1ª ATUALIZAÇÃO)	Código de classificação
A	
Acompanhamento da execução de projeto sobre tráfico de pessoas ou trabalho escravo, Expediente de	030.02.03.002
Acompanhamento de políticas públicas para o tráfico de pessoas, trabalho escravo e refúgio USE Relatório de acompanhamento de convênio, termo de cooperação, acordo, protocolo de intenções, termo de parceria – TTD-MEIO	001.02.02.008
ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS RELATIVAS AOS DIREITOS HUMANOS	030.01.03
Acompanhamento de políticas públicas relativas aos direitos humanos, Expediente de	030.01.03.002
Acompanhamento de processos judiciais ou procedimentos administrativos sobre tráfico de pessoas e trabalho escravo, Expediente de	030.02.03.001
Acompanhamento de vítima de violência, Prontuário de	030.02.02.002
Acompanhamento de vítima de violência, Registro de controle dos prontuários de	030.02.02.001
ACOMPANHAMENTO PROCESSUAL E ADMINISTRATIVO SOBRE TRÁFICO DE PESSOAS E TRABALHO ESCRAVO	030.02.03
Apuração preliminar de ato discriminatório, Expediente de	030.01.01.002
APURAÇÃO PRELIMINAR E JULGAMENTO DE ATO DISCRIMINATÓRIO	030.01.01
ASSISTÊNCIA ÀS VITIMAS DE VIOLÊNCIA, PROTEÇÃO E	030.02.02
Atividades de integração da cidadania, Relatório de	030.02.01.002
ATO DISCRIMINATÓRIO, APURAÇÃO PRELIMINAR E JULGAMENTO DE	030.01.01
Ato discriminatório, Expediente de apuração preliminar de	030.01.01.002
Ato discriminatório, Processo de julgamento de	030.01.01.001
C	
Cadastro das Entidades de Defesa dos Direitos Humanos do Estado de São Paulo - CEDHESP	030.01.02.001
Cassação de título de entidade declarada de utilidade pública, Processo de solicitação de	030.02.05.002
CEDHESP, Cadastro das Entidades de Defesa dos Direitos Humanos do Estado de São Paulo -	030.01.02.001
Certidão comprobatória de entidade declarada de utilidade pública INTEGRA Processo	030.02.05.003
comprobatório de entidade declarada de utilidade pública	
Certificação de entidade promotora de Direitos Humanos, Processo de	030.01.02.003
Certificação de entidades de defesa de direitos humanos do Estado de São Paulo, Expediente de	030.01.02.002
CERTIFICAÇÃO DE ENTIDADES DE DIREITOS HUMANOS, CONTROLE E	030.01.02
CIDADANIA, DEFESA DA	030.02
CIDADANIA, GESTÃO DA POLÍTICA DE JUSTIÇA E DEFESA DA	030
Cidadania, Relatório de atividades de integração da	030.02.01.002
Comparativo de dados sobre tráfico de pessoas e trabalho escravo, Relatório	030.02.03.003
Comprobatório de entidade declarada de utilidade pública, Processo	030.02.05.003
Conflitos comunitários, Expediente de mediação de	030.02.01.001
CONTROLE DE ENTIDADES DECLARADAS DE UTILIDADE PÚBLICA	030.02.05
Controle dos prontuários de acompanhamento de vítima de violência, Registro de	030.02.02.001
CONTROLE E CERTIFICAÇÃO DE ENTIDADES DE DIREITOS HUMANOS	030.01.02
D	
Dados sobre tráfico de pessoas e trabalho escravo, Relatório comparativo de	030.02.03.003
DEFESA DA CIDADANIA	030.02
DEFESA DA CIDADANIA, GESTÃO DA POLÍTICA DE JUSTIÇA E	030
Defesa de direitos humanos do Estado de São Paulo, Expediente de certificação de entidades de	030.01.02.002
DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	030.01
Defesa dos Direitos Humanos do Estado de São Paulo - CEDHESP, Cadastro das Entidades de	030.01.02.001
Direitos Humanos do Estado de São Paulo - CEDHESP, Cadastro das Entidades de Defesa dos	030.01.02.001
Direitos humanos do Estado de São Paulo, Expediente de certificação de entidades de defesa de	030.01.02.002
DIREITOS HUMANOS, ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS RELATIVAS AOS	030.01.03
DIREITOS HUMANOS, CONTROLE E CERTIFICAÇÃO DE ENTIDADES DE	030.01.02
DIREITOS HUMANOS, DEFESA DOS	030.01
Direitos humanos, Expediente de acompanhamento de políticas públicas relativas aos	030.01.03.002
Direitos humanos, Expediente de implementação de políticas públicas relativas aos	030.01.03.001
Direitos Humanos, Processo de certificação de entidade promotora de	030.01.02.003
Dossiê de atividades do núcleo de enfrentamento ao tráfico de pessoas USE Relatório de	001.02.02.009
Atividades – TTD-MEIO	
Dossiê de atividades externas com a comunidade USE Dossiê de evento – TTD-MEIO	002.03.01.007

SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA

1ª Atualização da Resolução SJC n.º 29, de 02 de dezembro de 2015 - D.O.E. de 28/12/2021

ÍNDICE* (1ª ATUALIZAÇÃO)	Código de classificação
Dossiê do Conselho Local de Integração da Cidadania – CLIC USE Processo de constituição de comissão, conselho ou grupo de trabalho – TTD-MEIO	001.02.02.003
Dossiê sobre conferência de direitos humanos USE Dossiê de evento – TTD-MEIO	002.03.01.007
E	
Entidade declarada de utilidade pública, P Processo comprobatório de	030.02.05.003
Entidade declarada de utilidade pública, P Processo de solicitação de cassação de título de	030.02.05.002
Entidade promotora de Direitos Humanos, P Processo de certificação de	030.01.02.003
Entidades de defesa de direitos humanos do Estado de São Paulo, E Expediente de certificação de	030.01.02.002
Entidades de Defesa dos Direitos Humanos do Estado de São Paulo - CEDHESP, C Cadastro das	030.01.02.001
ENTIDADES DE DIREITOS HUMANOS, C CONTROLE E CERTIFICAÇÃO DE	030.01.02
ENTIDADES DECLARADAS DE UTILIDADE PÚBLICA, C CONTROLE DE	030.02.05
Entidades declaradas de utilidade pública, F Ficha cadastral de	030.02.05.001
Execução de projeto sobre tráfico de pessoas ou trabalho escravo, E Expediente de	030.02.03.002
acompanhamento da	
Expediente de acompanhamento da execução de projeto sobre tráfico de pessoas ou trabalho	030.02.03.002
escravo	
Expediente de acompanhamento de políticas públicas relativas aos direitos humanos	030.01.03.002
Expediente de acompanhamento de processos judiciais ou procedimentos administrativos sobre	030.02.03.001
tráfico de pessoas e trabalho escravo	
Expediente de apuração de denúncia sobre tráfico de pessoas e trabalho escravo USE Expediente	030.02.03.001
de acompanhamento de processos judiciais ou procedimentos administrativos sobre tráfico de	
pessoas e trabalho escravo	
Expediente de apuração preliminar de ato discriminatório	030.01.01.002
Expediente de certificação de entidades de defesa de direitos humanos do Estado de São Paulo	030.01.02.002
Expediente de implementação de políticas públicas relativas aos direitos humanos	030.01.03.001
Expediente de mediação de conflitos comunitários	030.02.01.001
F	
Ficha cadastral de entidades declaradas de utilidade pública	030.02.05.001
Ficha cadastral INTEGRA Expediente de mediação de conflitos comunitários	030.02.01.001
G	
GESTÃO DA POLÍTICA DE JUSTIÇA E DEFESA DA CIDADANIA	030
I	
Implementação de políticas públicas relativas aos direitos humanos, E Expediente de	030.01.03.001
Integração da cidadania, R Relatório de atividades de	030.02.01.002
J	
JULGAMENTO DE ATO DISCRIMINATÓRIO, A APURAÇÃO PRELIMINAR E	030.01.01
Julgamento de ato discriminatório, P Processo de	030.01.01.001
JUSTIÇA E DEFESA DA CIDADANIA, G GESTÃO DA POLÍTICA DE	030
M	
Mediação de conflitos comunitários, E Expediente de	030.02.01.001
O	
ORIENTAÇÃO PARA PREVENÇÃO E SOLUÇÃO DE CONFLITOS INTERPESSOAIS OU DE	030.02.01
GRUPOS	
P	
Plano de trabalho para oficinas de ações afirmativas USE Convênio, termo de cooperação, acordo,	001.01.03.001
protocolo de intenções, termo de parceria – TTD-MEIO	
Plano Estadual de Enfrentamento à Homofobia e Promoção da Cidadania LGBT USE Plano,	001.02.01.001
programa ou projeto – TTD-MEIO	
POLÍTICAS PÚBLICAS RELATIVAS AOS DIREITOS HUMANOS, A ACOMPANHAMENTO DE	030.01.03
Políticas públicas relativas aos direitos humanos, E Expediente de acompanhamento de	030.01.03.002
Políticas públicas relativas aos direitos humanos, E Expediente de implementação de	030.01.03.001
PREVENÇÃO E SOLUÇÃO DE CONFLITOS INTERPESSOAIS OU DE GRUPOS, O ORIENTAÇÃO	030.02.01
PARA	
Procedimentos administrativos sobre tráfico de pessoas e trabalho escravo, E Expediente de	030.02.03.001
acompanhamento de processos judiciais ou	
Processo comprobatório de entidade declarada de utilidade pública	030.02.05.003
Processo de cassação de utilidade pública USE Processo de solicitação de cassação de título de	030.02.05.002
entidade declarada de utilidade pública	

SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA

1ª Atualização da Resolução SJC n.º 29, de 02 de dezembro de 2015 - D.O.E. de 28/12/2021

ÍNDICE* (1ª ATUALIZAÇÃO)	Código de classificação
Processo de certificação de entidade promotora de Direitos Humanos	030.01.02.003
Processo de entidades promotoras de direitos humanos USE Processo de certificação de entidade promotora de Direitos Humanos	030.01.02.003
Processo de julgamento de ato discriminatório	030.01.01.001
Processo de revisão do Programa Estadual de Direitos Humanos USE Processo de elaboração de plano, programa e projeto – TTD-MEIO	001.02.01.004
Processo de solicitação de cassação de título de entidade declarada de utilidade pública	030.02.05.002
Processos judiciais ou procedimentos administrativos sobre tráfico de pessoas e trabalho escravo, Expediente de acompanhamento de	030.02.03.001
Projeto sobre tráfico de pessoas ou trabalho escravo, Expediente de acompanhamento da execução de	030.02.03.002
Prontuário da vítima USE Prontuário de acompanhamento de vítima de violência	030.02.02.002
Prontuário de acompanhamento de vítima de violência	030.02.02.002
Prontuários de acompanhamento de vítima de violência, Registro de controle dos	030.02.02.001
PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA ÀS VITIMAS DE VIOLÊNCIA	030.02.02
Q	
Questionário prévio de mediação INTEGRA Expediente de mediação de conflitos comunitários	030.02.01.001
R	
Rearticulação do Comitê Intersecretarial de Defesa da Diversidade Sexual USE Processo de constituição de comissão, conselho ou grupo trabalho – TTD-MEIO	001.02.02.003
Registro de controle dos prontuários de acompanhamento de vítima de violência	030.02.02.001
Relatório comparativo de dados sobre tráfico de pessoas e trabalho escravo	030.02.03.003
Relatório de atividades da entidade declarada de utilidade pública INTEGRA Processo	030.02.05.003
comprobatório de entidade declarada de utilidade pública	
Relatório de atividades de integração da cidadania	030.02.01.002
Relatório de consolidação das informações dos Centros de Integração da Cidadania USE Relatório anual de atividades do órgão, entidade ou empresa – TTD-MEIO	001.02.02.006
S	
Solicitação de cassação de título de entidade declarada de utilidade pública, Processo de SOLUÇÃO DE CONFLITOS INTERPESSOAIS OU DE GRUPOS, ORIENTAÇÃO PARA PREVENÇÃO E	030.02.05.002
	030.02.01
T	
Termo de acordo resultante de mediação INTEGRA Expediente de mediação de conflitos comunitários	030.02.01.001
Termo de cooperação entre a SJDC e a SGP referente à capacitação de servidores públicos e trabalhadores dos postos do Poupatempo e do Programa Acessa São Paulo USE Processo de formalização e execução de acordo bilateral – TTD-MEIO	001.01.03.003
Termo de cooperação técnica para capacitação de servidores em Direitos Humanos e Diversidade Sexual por meio de EAD USE Processo de formalização e execução de acordo bilateral – TTD-MEIO	001.01.03.003
MEIO	
Título de entidade declarada de utilidade pública, Processo de solicitação de cassação de TRABALHO ESCRAVO, ACOMPANHAMENTO PROCESSUAL E ADMINISTRATIVO SOBRE TRÁFICO DE PESSOAS E	030.02.05.002
	030.02.03
Trabalho escravo, Expediente de acompanhamento da execução de projeto sobre tráfico de pessoas ou	030.02.03.002
Trabalho escravo, Expediente de acompanhamento de processos judiciais ou procedimentos administrativos sobre tráfico de pessoas e	030.02.03.001
Trabalho escravo, Relatório comparativo de dados sobre tráfico de pessoas e	030.02.03.003
TRÁFICO DE PESSOAS E TRABALHO ESCRAVO, ACOMPANHAMENTO PROCESSUAL E ADMINISTRATIVO SOBRE	030.02.03
Tráfico de pessoas e trabalho escravo, Expediente de acompanhamento de processos judiciais ou procedimentos administrativos sobre	030.02.03.001
U	
UTILIDADE PÚBLICA, CONTROLE DE ENTIDADES DECLARADAS DE	030.02.05
Utilidade pública, Ficha cadastral de entidades declaradas de	030.02.05.001
Utilidade pública, Processo comprobatório de entidade declarada de	030.02.05.003
Utilidade pública, Processo de solicitação de cassação de título de entidade declarada de	030.02.05.002

SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA

1ª Atualização da Resolução SJC n.º 29, de 02 de dezembro de 2015 - D.O.E. de 28/12/2021

ÍNDICE* (1ª ATUALIZAÇÃO)	Código de classificação
V	
Violência, P rontuário de acompanhamento de vítima de	030.02.02.002
Violência, R egistro de controle dos prontuários de acompanhamento de vítima de	030.02.02.001
Vítima de violência, P rontuário de acompanhamento de	030.02.02.002
Vítima de violência, R egistro de controle dos prontuários de acompanhamento de	030.02.02.001
VITIMAS DE VIOLÊNCIA, P ROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA ÀS	030.02.02

* As FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES e ATIVIDADES são apresentadas em letras maiúsculas. O Índice apresenta também, de forma permutada, os tipos documentais, bem como os termos e expressões variantes do conteúdo dos documentos de uso corrente na **Secretaria da Justiça e Cidadania**.

PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS DAS ATIVIDADES-FIM

SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA

1ª Atualização da Resolução SJC n.º 29, de 02 de dezembro de 2015 - D.O.E. de 28/12/2021

DESCRIÇÃO DAS FUNÇÕES E SUBFUNÇÕES

030 GESTÃO DA POLÍTICA DE JUSTIÇA E DEFESA DA CIDADANIA (FUNÇÃO)

Esta função compreende a promoção, a elaboração, a coordenação, o desenvolvimento e o acompanhamento de programas, projetos e atividades com vista à efetiva atuação em favor do respeito à dignidade da pessoa humana, através de iniciativas que contribuam para políticas públicas voltadas à proteção de grupos étnica e historicamente vulneráveis e de vítimas de violência. Compreende também a participação na formulação, implementação e avaliação de políticas do Governo do Estado pertinentes à defesa da cidadania e na elaboração e execução de programas, projetos e atividades destinados ao cumprimento de obrigações constitucionais da administração estadual quanto à prestação de serviços de promoção, orientação, proteção e defesa da cidadania.

030.01 Defesa dos direitos humanos (SUBFUNÇÃO)

Esta subfunção compreende a promoção, a elaboração, a coordenação, o desenvolvimento e o acompanhamento de programas, projetos e atividades, com vista, em especial, à efetiva atuação em favor do respeito à dignidade da pessoa humana, através de iniciativas que contribuam para políticas públicas voltadas à proteção de grupos étnica e historicamente vulneráveis, como mulheres, crianças, adolescentes, afrodescendentes, membros de comunidades tradicionais de terreiros, quilombolas, indígenas, gays, lésbicas, bissexuais, transexuais, travestis e vítimas de violência.

030.02 Defesa da cidadania (SUBFUNÇÃO)

Esta subfunção compreende a participação na formulação, implementação e avaliação de políticas do Governo do Estado pertinentes à defesa da cidadania e na elaboração e execução de programas, projetos e atividades destinados ao cumprimento de obrigações constitucionais da administração estadual quanto à prestação de serviços de orientação, proteção e defesa da cidadania.

Função:	030	GESTÃO DA POLÍTICA DE JUSTIÇA E DEFESA DA CIDADANIA
Subfunção:	030.01	Defesa dos direitos humanos
Atividade:	030.01.01	Apuração preliminar e julgamento de ato discriminatório
Documentos:	030.01.01.001	Processo de julgamento de ato discriminatório
	030.01.01.002	Expediente de apuração preliminar de ato discriminatório
Atividade:	030.01.02	Controle e certificação de entidades de Direitos Humanos
Documentos:	030.01.02.001	Cadastro das Entidades de Defesa dos Direitos Humanos do Estado de São Paulo - CEDHESP
	030.01.02.002	Expediente de certificação de entidades de defesa de direitos humanos do Estado de São Paulo
	030.01.02.003	Processo de certificação de entidade promotora de Direitos Humanos
Atividade:	030.01.03	Acompanhamento de políticas públicas relativas aos direitos humanos
Documentos:	030.01.03.001	Expediente de implementação de políticas públicas relativas aos direitos humanos
	030.01.03.002	Expediente de acompanhamento de políticas públicas relativas aos direitos humanos
Subfunção:	030.02	Defesa da cidadania
Atividade:	030.02.01	Orientação para prevenção e solução de conflitos interpessoais ou de grupos
Documentos:	030.02.01.001	Expediente de mediação de conflitos comunitários
	030.02.01.002	Relatório de atividades de integração da cidadania
Atividade:	030.02.02	Proteção e assistência às vítimas de violência
Documentos:	030.02.02.001	Registro de controle dos prontuários de acompanhamento de vítima de violência
	030.02.02.002	Prontuário de acompanhamento de vítima de violência
Atividade:	030.02.03	Acompanhamento processual e administrativo sobre tráfico de pessoas e trabalho escravo
Documentos:	030.02.03.001	Expediente de acompanhamento de processos judiciais ou procedimentos administrativos sobre tráfico de pessoas e trabalho escravo
	030.02.03.002	Expediente de acompanhamento da execução de projeto sobre tráfico de pessoas ou trabalho escravo
	030.02.03.003	Relatório comparativo de dados sobre tráfico de pessoas e trabalho escravo
Atividade:	030.02.04	Controle, nomeação e exoneração de juízes de casamento e suplentes - Inativado
Documentos:	030.02.04.001	Cadastro de Juízes de casamento e suplentes nomeados, exonerados e falecidos - Inativado
	030.02.04.002	Processo de movimentação de juízes de casamento e suplentes - Inativado
Atividade:	030.02.05	Controle de entidades declaradas de utilidade pública
Documentos:	030.02.05.001	Ficha cadastral de entidades declaradas de utilidade pública
	030.02.05.002	Processo de solicitação de cassação de título de entidade declarada de utilidade pública
	030.02.05.003	Processo comprobatório de entidade declarada de utilidade pública
Atividade:	030.02.06	Atendimento à solicitação de requisição de direitos políticos - Inativado
Documentos:	030.02.06.001	Processo para requisição de direitos políticos - Inativado
Atividade:	030.02.07	Indenização a ex-presos políticos - Inativado
Documentos:	030.02.07.001	Processo de indenização a ex-presos políticos - Inativado

TABELA DE TEMPORALIDADE DE DOCUMENTOS DA SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA (1ª ATUALIZAÇÃO)
1ª Atualização da Resolução SJC n.º 29, de 02 de dezembro de 2015 - D.O.E. de 28/12/2021

030 GESTÃO DA POLÍTICA DE JUSTIÇA E DEFESA DA CIDADANIA (FUNÇÃO)

030.01 Defesa dos direitos humanos (SUBFUNÇÃO)

ATIVIDADES	DOCUMENTOS		PRAZOS DE GUARDA (em anos)		DESTINAÇÃO		OBSERVAÇÕES
			Unidade Produtora	Unidade com atribuições de Arquivo	Eliminação	Guarda Permanente	
030.01.01 Julgamento de ato discriminatório	030.01.01.001	Processo de julgamento de ato discriminatório	vigência	10		✓	Constituição Federal, art. 5º; Lei Federal n. 10.406/2002 (Código Civil), art. 205; Lei Federal n. 13.105/2015 (Código de Processo Civil); Lei Estadual n. 10.177/1998; Lei Estadual n. 10.948/2001; Lei Estadual n. 11.199/2002; Lei Estadual n.14.187/2010; Lei 17.157/2019; ei 17.346/2021ei 17.346/2021 Decreto Estadual n. 54.410/2009; Decreto Estadual n. 55.589/2010; Decreto Estadual n. 56.153/2010; Decreto Estadual 65.086/2020; Parecer SJDC n. 263/2013. A vigência esgota-se com o trânsito em julgado do processo.
	030.01.01.002	Expediente de apuração preliminar de ato discriminatório	vigência	3	✓		Lei Federal n. 13.105/2015 (Código de Processo Civil); Lei Estadual n. 10.177/1998; Lei Estadual n. 10.948/2001; Lei Estadual n. 11.199/2002; Lei Estadual n.14.187/2010; Lei 17.157/2019; ei 17.346/2021ei 17.346/2021 Decreto Estadual n. 54.410/2009; Decreto Estadual n. 55.589/2010; Decreto Estadual n. 56.153/2010; Decreto Estadual 65.086/2020; Parecer SJDC n. 263/2013. A vigência esgota-se com o arquivamento ou com a instauração de processo de julgamento de ato discriminatório.
030.01.02 Controle e certificação de entidades de Direitos Humanos	030.01.02.001	Cadastro das entidades de defesa dos Direitos Humanos do Estado de São Paulo - CEDHESP	10	-		✓	Lei Federal n. 9.610/1998, art. 87; Decreto Estadual n. 57.234/2011. O documento é importante para a preservação da memória institucional. Por tratar-se de documento digital de guarda permanente, rotineiramente deverão ser extraídas cópias de segurança a serem armazenadas em ambiente seguro e em local diferente e fisicamente distante do armazenamento do documento original, em conformidade com a Instrução Normativa APE/SAESP nº 01/2009, atualizada pela Portaria UAPESP/SAESP n.04/2020.
	030.01.02.002	Expediente de certificação de entidades de defesa de direitos humanos do Estado de São Paulo	vigência	2	✓		Decreto Estadual n. 57.234/2011. A vigência esgota-se com a emissão do certificado ou o indeferimento do pedido.
	030.01.02.003	Processo de certificação de entidade promotora de Direitos Humanos	vigência	2	✓		Resolução SJDC n. 53, de 11/10/2012, art. 2º, §§ 1º e 3º. Resolução Conjunta SFP/SJC, n.01 de 13/12/2019. A vigência esgota-se com a emissão do certificado ou o indeferimento do pedido.

TABELA DE TEMPORALIDADE DE DOCUMENTOS DA SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA (1ª ATUALIZAÇÃO)
1ª Atualização da Resolução SJC n.º 29, de 02 de dezembro de 2015 - D.O.E. de 28/12/2021

030.01.03 Acompanhamento de políticas públicas relativas aos direitos humanos	030.01.03.001	Expediente de implementação de políticas públicas relativas aos direitos humanos	vigência	5		✓	Decreto n.º 59.101/ 2013, art. 2º. O documento é importante para a preservação da memória institucional e por se tratar de acompanhamento e implantação de políticas públicas voltadas exclusivamente para ações de cidadania e direitos humanos. A vigência esgota-se com implementação da ação.
	030.01.03.002	Expediente de acompanhamento de políticas públicas relativas aos direitos humanos	vigência	5		✓	Decreto n.º 59.101/ 2013, art. 2º. Refere-se ao acompanhamento de políticas públicas relativas aos direitos humanos implementadas por outros órgãos. A vigência esgota-se com o fim da política pública acompanhada.
030.02 Defesa da cidadania (SUBFUNÇÃO)							
030.02.01 Orientação para prevenção e solução de conflitos interpessoais ou de grupos	030.02.01.001	Expediente de mediação de conflitos comunitários	2	3		✓	Integram o Expediente a cópia da Carta-ofício, a Ficha Cadastral, o Questionário Prévio de Mediação e o Termo de Acordo resultante de mediação realizada no Núcleo de Mediação do Centro de Integração da Cidadania.
	030.02.01.002	Relatório de atividades de integração da cidadania	1	-		✓	As informações desta série constam no Relatório anual da Secretaria.
030.02.02 Proteção e assistência às vítimas de violência	030.02.02.001	Registro de controle dos prontuários de acompanhamento de vítima de violência	vigência	5		✓	Lei Estadual n. 10.354/1999. A vigência esgota-se com o encerramento do livro, ou, caso o registro seja feito em planilha, ao final de cada ano.
	030.02.02.002	Prontuário de acompanhamento de vítima de violência	vigência	5		✓	Lei Estadual n. 10.354/1999; Resolução CFP nº 001/2009, art 4º . A vigência esgota-se com o Termo ou Relatório de encerramento do acompanhamento.
030.02.03 Acompanhamento processual e administrativo sobre tráfico de pessoas e trabalho escravo	030.02.03.001	Expediente de acompanhamento de processos judiciais ou procedimentos administrativos sobre tráfico de pessoas e trabalho escravo	vigência	2		✓	A vigência esgota-se com o trânsito em julgado da decisão judicial ou com o encerramento do procedimento administrativo.
	030.02.03.002	Expediente de acompanhamento da execução de projeto sobre tráfico de pessoas ou trabalho escravo	vigência	2		✓	A vigência esgota-se com o término do projeto.
	030.02.03.003	Relatório comparativo de dados sobre tráfico de pessoas e trabalho escravo	vigência	-		✓	A vigência esgota-se com a produção de novo relatório. O documento é importante para a pesquisa social e para a preservação da memória institucional. Por tratar-se de documento digital deverão ser observados os procedimentos de preservação e segurança da informação previstos na Instrução Normativa APE/SAESP nº 01/2009, extraindo-se cópia de segurança do último relatório e armazenando-a em ambiente seguro e em local diferente e fisicamente distante do armazenamento do documento original. As cópias em papel poderão ser eliminadas a qualquer tempo.

TABELA DE TEMPORALIDADE DE DOCUMENTOS DA SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA (1ª ATUALIZAÇÃO)
1ª Atualização da Resolução SJC n.º 29, de 02 de dezembro de 2015 - D.O.E. de 28/12/2021

030.02.04 Controle, nomeação e exoneração de juizes de casamento e suplentes - Inativado	030.02.04.001	Cadastro de Juizes de casamento e suplentes nomeados, exonerados e falecidos - Inativado	vigência	-		✓	O documento é importante para a preservação da memória institucional. Trata-se de ficha aberta por cartório e as informações são inseridas continuamente conforme as nomeações, exonerações e falecimentos dos juizes de casamento e seus suplentes.
	030.02.04.002	Processo de movimentação de juizes de casamento e suplentes - Inativado	5	10		✓	Decreto Estadual n. 59.101/2013, art. 32, VIII, a. Trata-se de processo aberto por cartório. A cada cinco anos é aberto um novo processo para cada cartório com informações do processo anterior.
030.02.05 Controle de entidades declaradas de utilidade pública	030.02.05.001	Ficha cadastral de entidades declaradas de utilidade pública	vigência	5		✓	Lei Estadual n. 2.574/1980. O documento é importante para a preservação da memória institucional. Trata-se de fichas que relacionam o histórico das entidades declaradas de utilidade pública e controle da entrega dos relatórios anuais de atividades. A vigência esgota-se com a perda do título de entidade declarada de utilidade pública.
	030.02.05.002	Processo de solicitação de cassação de título de entidade declarada de utilidade pública	vigência	5		✓	Lei Estadual n. 2.574/1980; Decreto Estadual n. 42.313/1997, art. 7º. A vigência esgota-se com a revogação do ato legal que declarou a utilidade pública da entidade.
	030.02.05.003	Processo comprobatório de entidade declarada de utilidade pública	2	3		✓	Constituição Estadual, art. 24, § 1º e 4º; Lei Estadual n. 2.574/1980; Decreto Estadual n. 42.313/1997. Integram este processo a solicitação, a cópia da certidão comprobatória de entidade declarada de utilidade pública e a cópia do Relatório de Atividades da entidade.
030.02.06 Atendimento à solicitação de requisição de direitos políticos - Inativado	030.02.06.001	Processo para requisição de direitos políticos - Inativado	vigência	1		✓	Lei Federal n. 818/1949, art. 40. Trata-se de processo para requisição de direitos políticos em virtude de convicção religiosa. A vigência esgota-se com a publicação da Portaria do Ministério da Justiça. Integram o processo o Termo de solicitação de requisição de direitos políticos, a declaração do TRE e a dispensa do serviço militar.
030.02.07 Indenização a ex- presos políticos - Inativado	030.02.07.001	Processo de indenização a ex-presos políticos - Inativado	vigência	20		✓	Lei Estadual n. 10.726/2001; Lei Estadual n. 12.714/2007; Decreto Estadual n. 46.397/2001; Decreto Estadual n. 46.984/2002. A vigência esgota-se com o pagamento da indenização.